

# Marcelo pede pacto para a Justiça preparado pelos agentes do sector

Sector deve ser prioridade nacional, diz Presidente. Acordo assinado entre Sócrates e Marques Mendes em 2006 não teve os resultados esperados

**Justiça**  
**Ana Henriques**  
**e Leonete Botelho**

O Presidente da República quer transformar a Justiça numa prioridade nacional e para tal pediu aos agentes do sector que gizassem um pacto que depois sirva de base à discussão político-partidária. O repto foi lançado na cerimónia de abertura do ano judicial, que decorreu ontem no Supremo Tribunal de Justiça.

Um pacto que, na sua opinião, deve começar numa base de consenso entre magistrados, advogados, funcionários, universitários. Serão estes parceiros do mundo da Justiça que devem “criar plataformas de entendimento que possam abrir caminho aos partidos políticos” para este acordo, que poderá ser “delineado por fases ou por áreas”.

“Não se trata de substituir o papel dos órgãos de soberania e os partidos”, mas de desenvolver, junto da sociedade civil, “uma percepção da justiça como prioridade”, declarou Marcelo. “Importa assegurar à Justiça a prioridade duradoura que lhe tem faltado”, acrescentou. Os agentes da Justiça podem contar com ele para esta “mudança de mentalidade da sociedade portuguesa”.

O desafio faz lembrar o processo desencadeado no início do século. Os sucessivos apelos feitos por Jorge Sampaio enquanto Presidente da República levaram à realização, em finais de 2003, do I Congresso da Justiça e, três anos mais tarde, em Setembro de 2006, tiveram eco na assinatura do “Acordo político-parlamentar para a Reforma da Justiça” na sequência de um entendimento entre o então primeiro-ministro José Sócrates e o líder do PSD Luís Marques Mendes.

Desde que foi eleito, Marcelo tem repetidamente pedido amplos consensos de regime. Fê-lo logo na tomada de posse: “Urge recriar convergências, redescobrir diálogos, refazer entendimentos, reconstruir razões para mais esperança”, disse. Mas nem sempre foi um defensor de pactos alargados. Dias depois da assinatura do pacto da Justiça, há dez

anos, o então comentador considerou que seria “mau” para os dois maiores partidos concretizarem mais pactos além daquele e o da Segurança Social, que não chegou a vingar. Sustentou então ao *Correio da Manhã* que “a grande riqueza da democracia portuguesa é a alternância entre PS e PSD”, acrescentando que “cada um tem de ser o que é”.

## Van Dunem cautelosa

A ministra da Justiça, Francisca van Dunem, reagiu com cautela ao apelo de Marcelo: “O desafio foi lançado, em primeira linha, às estruturas de magistrados e oficiais de justiça. O ministério está atento a quaisquer iniciativas nesse âmbito e disponível para construir os consensos de que a Justiça tanto necessita.”

Directora executiva do Observatório Permanente da Justiça, que funciona no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Conceição Gomes recorda que o pacto de 2006 correu mal. A investigadora lembra como socialistas e sociais-democratas chegaram a assinar um acordo para redesenhar o mapa judiciário e rever o Código de Processo Penal. “Mas o PSD já não apoiou o PS quando a proposta chegou à Assembleia da República. Na verdade, as lutas políticas fragilizaram esse pacto, que deixou de ter sustentação”, lamenta. Por isso, desta vez, o acordo “tem de ser consequente”, defende.

Foi o próprio Presidente da República quem incitou os juizes a promoverem um debate sobre a Justiça portuguesa, que, aliás, está já marcado para o próximo dia 7 de Setembro, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, revela a vice-presidente da Associação Sindical de Juizes Portugueses, Manuela Paupério: “Chamámos os grupos parlamentares, economistas, jornalistas. O encontro terá o alto patrocínio do Presidente.”

No sector todos parecem estar, à partida, disponíveis para debater um pacto. “Nalgumas áreas talvez se consiga encontrar consensos entre todos. Noutras será mais difícil”, admite o presidente do Sindicato de Magistrados do Ministério Público. Se será possível tornar a Justiça uma prioridade nacional, “desde logo se verá



Marcelo a entrar na cerimónia com Joana Marques Vidal, a bastonária e o presidente do Supremo

## PSD e CDS elogiam discurso de Marcelo, esquerda mais cautelosa

Partidos reagiram ao apelo do Presidente para a construção de consensos

O PSD e o CDS receberam com agrado a proposta de um pacto na Justiça lançada pelo Presidente da República, na abertura do ano judicial. Sem criticar a ideia apresentada, os comunistas defendem o papel dos partidos no processo. O BE diz que é “um combate que responsabiliza toda a sociedade” e o PS regista e fica à espera de propostas concretas.

“Acho que é uma abordagem inovadora. Fazer um apelo às diversas profissões jurídicas no sentido de dizerem aquilo que é importante para o sistema de Justiça em Portugal e terem a capacidade de conversarem”, afirmou ao PÚBLICO o deputado social-democrata Fernando Negrão, que assistiu à cerimónia.

Para o líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, que também esteve na sessão, o

discurso do Presidente “foi mobilizador, encorajador e ao mesmo tempo responsabilizador para os agentes da Justiça”. Magalhães disse não saber “se é possível” o pacto concretizar-se, mas afirmou ser “desejável”.

Já o deputado António Filipe, do PCP, lembra que “a ideia de um pacto para a Justiça não é nova” e que os comunistas não têm “boa memória” do que aconteceu: “Foi no Governo de Santana Lopes e não teve qualquer sucesso. Apesar disso, o diagnóstico do estado da Justiça feito nos discursos identificou os problemas que é preciso resolver, no que respeita aos custos judiciais, ao acesso à Justiça por parte das pessoas mais carenciadas, na falta de recursos humanos e materiais.”

José Manuel Pureza, do BE, defende que “um grande

consenso sobre a Justiça implica escolhas claras”. E assume: “Somos a favor de um consenso que favoreça o efectivo acesso de todos — seja qual for a sua condição social e vivam no litoral ou no interior — à Justiça. Somos a favor de um grande consenso que dote os tribunais dos meios humanos e logísticos necessários para uma justiça de qualidade.”

Os socialistas são cautelosos: “O PS regista o apelo do Presidente para a construção e consensos. Lançou um repto aos agentes judiciais para, independentemente dos partidos, apresentarem uma proposta aos órgãos de soberania”, disse ao PÚBLICO o deputado Filipe Neto Brandão, o representante dos socialistas na abertura do ano judicial. **S.R./M.J.L. e L.V.**

no próximo Orçamento do Estado”.

O presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais, Fernando Jorge, também se diz disponível. “Temo é que os partidos políticos não o estejam”, observa. A ideia agrada igualmente à bastonária dos advogados, Elina Fraga.

### **Marques Vidal preocupada**

A cerimónia ficou ainda marcada pelas preocupações manifestadas pela procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, com a Justiça de família e menores. A magistrada teme que a anunciada abertura desta valência em tribunais onde ela nunca existiu ou há muito não funciona comprometa a qualidade da Justiça. E que, se os processos deixarem de estar a cargo de magistrados especializados na matéria, as anunciadas alterações à reorganização da Justiça de família e menores “se possam vir a traduzir num claro retrocesso”.

“A proximidade das populações à Justiça de família e menores ficaria assegurada pela criação e instalação de novos tribunais de competência especializada, nas comarcas em que tal se justificasse, pela dimensão do território e dificuldades de acesso e pelo volume processual”, defendeu. A procuradora-geral da República quer ainda que, tanto na Justiça de família e menores como nas restantes áreas, o Estado passe

## **O presidente da AR, Ferro Rodrigues, falou dos efeitos da lentidão da Justiça portuguesa na competitividade económica**

a pagar as deslocações dos cidadãos aos tribunais, “de forma desburocratizada e simplificada”, sempre que se verifiquem dificuldades de acesso motivadas pela distância.

Joana Marques Vidal aludiu também à “escassez de magistrados do Ministério Público”, que tem criado “um ambiente de desmotivação” nesta classe. Um problema que “prejudicou igualmente a possibilidade de ensaiar novos modelos para responder com mais eficácia aos desafios do combate à criminalidade grave e complexa, à criminalidade económico-financeira e à corrupção”.

Também presente na abertura do ano judicial, o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, criticou a lentidão da Justiça portuguesa, por entender que constitui “um factor absolutamente crítico para a competitividade da economia” e para a atracção de investimento estrangeiro.